

Aniversariantes

Rômulo Guilherme da Costa e Silva
 Subsec. de Material e Patrimônio

Lilian Vasconcelos Costa
 Núcleo de Cerimonial e Relações Públicas

Rondon Veloso da Silva
 Gab. Des. Fed. Vladimir Souza Carvalho

Joaquim Correia de Azevedo
 Manut. Ar Cond

TRF5 apresenta estratégias de implantação do PJe nos demais tribunais

As diretoras do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, Telma Motta (Secretaria Judiciária) e Fernanda Montenegro (Subsecretaria de Tecnologia da Informação), e o diretor da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas da STI, Laureano Montarroyos Filho, estiveram reunidos, no Conselho da Justiça Federal (CJF), com uma Comissão formada por gestores das áreas de TI e judiciária dos cinco Tribunais

Regionais Federais (TRFs). Durante o encontro, realizado na semana passada, a equipe do TRF5 apresentou à Comissão as estratégias de implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) nos demais TRFs. A iniciativa teve o objetivo de cumprir as metas definidas durante a reunião entre os presidentes dos TRFs e o corregedor-geral



da Justiça Federal, ministro João Otávio Noronha, ocorrida no dia 21/06, na sede desta Corte. Na reunião ficou decidido que o PJe desenvolvido pelo TRF, seria adotado em toda Justiça Federal. O sistema será aprimorado e adaptado para cada TRF, consideradas as especificidades de cada região e a interoperabilidade.

Atualização em Segurança Institucional

A segunda etapa do Seminário de Atualização em Segurança Institucional começará amanhã. Ministrada das 14h às 18h, pelo tenente da Polícia Militar Cléber Romero Ribeiro, a palestra será na sala das Turmas Norte e terá o tema “Eventos e Cerimônias: Ritos, rituais e particularidades importantes”. O seminário engloba sete encontros, totalizando 28 horas, e é voltado para agentes de segurança do TRF5 e das Seções Judiciárias da 5ª Região.

Prazos recursais suspensos no STJ

Desde ontem, os prazos para interposição de recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) estão suspensos, em virtude do recesso forense. De acordo com a Portaria 320/2012, durante o período compreendido entre 2 e 31 de julho, o horário de atendimento ao público será das 13h às 18h, mantendo-se, internamente, o horário normal de funcionamento das unidades do Superior Tribunal de Justiça.

CJF conquista Prêmio

O programa de TV Via Legal e a revista Via Legal, produzidos pelo Conselho da Justiça Federal em parceria com as assessorias de comunicação social dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país, venceram o 10º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. O Jornal Mural TRF Hoje e o TRF na Tela, da Divisão de Comunicação



Social do TRF5, conquistaram a 2ª e a 3ª colocações, nas categorias Jornal e Inovação, respectivamente. O Prêmio é concedido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça e foi entregue durante o encerramento do VIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça, na última sexta-feira (29/6), em Fortaleza.

o TRF5 é VOCÊ

Direito e espanhol no cotidiano

Trabalhar com direito e conviver com a língua espanhola. Essas são duas coisas que dão prazer a Nélia Cristina Cruz de Paula, e que agora estão juntas no seu cotidiano. Nélia foi oficialmente inserida, desde março deste ano, na lista de tradutores juramentados da Junta Comercial de Pernambuco – JUCEPE, após realizar uma prova difícil, na qual das 20 vagas, apenas 9 pessoas passa-

ram. Nélia traduz cerca de quatro documentos por semana, entre os quais predominam históricos escolares e diplomas. Formada em Direito pela UFPE, com mestrado na mesma área e universidade, Nélia se especializou também em Relações Internacionais pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Ela trabalha no TRF5 há 16 anos, lotada na Subsecretaria de Precatórios. De acordo com a servidora, apesar da tradução de e para o espanhol parecer, à primeira vista, fácil, é necessário ter ética e extrema atenção para a realização

do trabalho, pois a real função do tradutor não é apenas traduzir o texto, mas sim emitir um novo documento em língua portuguesa, que tem validade em todo o território nacional, podendo,



igualmente, redigir documentos em língua estrangeira que, dependendo da legislação de cada país, são também válidos no exterior.